

Estado de Minas Gerais

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2020.

Objeto: Construção de Creche na Rua Cabo Verde, esquina com a Avenida Trajano Virgílio Franco, Bairro do Rosário.

- 1. Declaro que as despesas resultantes da licitação supram mencionadas têm adequação orçamentária e financeira com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento para o corrente exercício.
- 2. Estando legalmente previstas as despesas, consequentemente isso será o suficiente para absorção do impacto orçamentário-financeiro.

Prefeitura Municipal de Areado, em 24 de setembro de 2020.

Márcio Mariano Alexandre Assistente Financeiro e Contábil

CIENTE:/	
A CCINI A TI ID A .	
ASSINATURA:	PEDRO FRANCISCO DA SILVA PREFEITO MUNICIPAL



Estado de Minas Gerais

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 036/2020

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 081/2020.

REPARTIÇÃO INTERESSADA: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

PÚBLICOS.

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 009/2020.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.

01 - PREÂMBULO

O Município de Areado, por meio de sua Prefeitura Municipal, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Henrique Vieira, nº 25 - Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.243.246/0001-50, representado, neste ato, pelo Prefeito Municipal Sr. Pedro Francisco da Silva, no uso de suas prerrogativas legais torna público, que receberá até as 12:30 horas do dia 14/10/2020, no Protocolo Geral, desta prefeitura, os envelopes de "DOCUMENTAÇÃO e "PROPOSTAS" para a Licitação, na Modalidade TOMADA DE PREÇO, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, com a finalidade de contratar empresa especializada para construção de Creche na Rua Cabo Verde, esquina com a Avenida Trajano Virgílio Franco, Bairro do Rosário. A presente solicitação de compra visa a contratação de empresa especializada para a construção de uma creche que será denominada como "Creche Olívia Pereira", a ser construída na Rua Cabo Verde, esquina com a Avenida Trajano Virgílio Franco, Bairro do Rosário, através de recursos próprios, com abertura prevista para às 12:30 horas do dia 14/10/2020, na Sala de Licitação do endereço acima mencionado, que de acordo com a Lei Federal Nº 8.666/93 e suas alterações, cuja direção e julgamento serão realizados por sua Comissão de Licitação, nomeada pela portaria nº 9761, de 17 de janeiro de 2020, em conformidade com o disposto na Lei Federal Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, no que couber a Lei Complementar nº 123/06 e suas respectivas alterações, segundo as condições estabelecidas neste Edital, nos seus anexos e minuta de contrato, cujo os termos igualmente, o integram.

02 – DO OBJETO E CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO/FORNECIMENTO



Estado de Minas Gerais

- 2.1. A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada para construção de Creche na Rua Cabo Verde, esquina com a Avenida Trajano Virgílio Franco, Bairro do Rosário. A presente solicitação de compra visa a contratação de empresa especializada para a construção de uma creche que será denominada como "Creche Olívia Pereira", a ser construída na Rua Cabo Verde, esquina com a Avenida Trajano Virgílio Franco, Bairro do Rosário, através de recursos próprios. A descrição detalhada para melhor orientação quanto à execução do objeto segue nos documentos anexos, a saber: Memoriais Descritivos, Projetos, Quadro de Composição do BDI, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro.
- 2.2. Integra este Edital, independentemente de transcrição, o(s) seguinte(s) Anexo(s):
- (x) Condições especiais para a execução dos serviços e fornecimento do material (ANEXO I);
- (x) Declaração relativa ao Decreto Federal nº 4.358/02 (ANEXO II);
- (x) Proposta Padronizada (ANEXO III);
- (x) Credenciamento (ANEXO IV);
- (x) Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte e de Aceitação das Normas da Lei de Regência (ANEXO V);
- (x) Termo de Vistoria (ANEXO VI);
- (x) Declaração de fatos impeditivos e de que preenche as condições de habilitação (ANEXO VII);
- (x) Minuta de Contrato (ANEXO VIII);
- (x) Recibo de Retirada de Edital pela Internet (ANEXO IX);
- (x) Memoriais Descritivos (ANEXO X);
- (x) Projetos (ANEXO XI);
- (x) Quadro de Composição do BDI (ANEXO XII);
- (x) Planilha Orçamentária (ANEXO XIII);
- (x) Cronograma físico financeiro (ANEXO XIV);



Estado de Minas Gerais

03 – DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

- 3.1. Os serviços deverão ser executados e entregues no prazo de **04 (quatro) meses**, a contar do recebimento da autorização de serviços, prorrogáveis por período necessário ao cumprimento de seu objetivo, devidamente justificado.
- 3.2. A Prefeitura convocará a adjudicatária que deverá, se for o caso, assinar o Termo de Contrato e/ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente (autorização de fornecimento), no prazo de 05(cinco) dias úteis, a contar da convocação.

04 – DAS PENALIDADES

- 4.1. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o Instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas na Lei 8.666/93, com a redação da Lei nº 8883/94.
- 4.2. Garantidos o contraditório e a ampla defesa, pelo descumprimento total ou parcial das condições previstas no edital, na proposta ou no contrato, poderá ser aplicada as sanções previstas nas leis vigentes, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal, além de eventual impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, a qual será registrada no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública, por período de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município de Areado/MG, sem prejuízo da multa prevista neste Edital, àquele licitante que, dentre outras vedações previstas na legislação, também:
 - a) Apresentar documentação falsa;
 - b) Deixar de apresentar documentação exigida para o certame;
 - c) Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
 - d) Não mantiver a proposta;
 - e) Convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar, aceitar ou retirar o contrato ou documento equivalente;
 - f) Comportar-se de modo inidôneo;
 - g) Cometer fraude fiscal; ou
 - i) Não executar o objeto da licitação após assinatura do contrato ou documento equivalente.



Estado de Minas Gerais

- 4.3. Configurada quaisquer das hipóteses do item anterior, o licitante estará sujeito a multa de até 20 (vinte por cento) do valor da sua proposta originária.
- 4.3.1. Se da conduta resultar prejuízo concreto à Administração, poderá ser elevada a multa até o montante do prejuízo efetivamente suportado.
- 4.4. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido por meio de guia própria pelo licitante penalizado, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de desconto nos créditos eventualmente existentes junto à Administração, ou cobrança judicial.
- 4.5.- As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo.

05 – DA ENTREGA DOS ENVELOPES DE "DOCUMENTAÇÃO" E "PROPOSTA"

5.1 - No local, data e horário indicado no Preâmbulo, as licitantes deverão protocolar a "Documentação" e a "Proposta", em envelopes indevassáveis, lacrados, contendo em sua parte externa e fronteira, além da Razão Social da licitante, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 1

RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DO PROPONENTE "ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO" PROCESSO LICITATÓRIO 081/2020 TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2020 PREFEITURA DE AREADO - ESTADO DE MINAS GERAIS A/C DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ENVELOPE Nº 2

RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DO PROPONENTE
"ENVELOPE PROPOSTA COMERCIAL"
PROCESSO LICITATÓRIO 081/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2020
PREFEITURA DE AREADO - ESTADO DE MINAS GERAIS
A/C DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

5.1.1 - Em decorrência da pandemia pelo novo Coronavírus (COVID-19) e atendendo às determinações e orientações das autoridades, bem como Decreto Municipal nº 2386/2020, ficam permitidas as sessões de licitação devendo, para tanto, contar com a presença de um representante de cada empresa, sendo obrigatório o uso de máscaras e o distanciamento de 2m (dois metros).



Estado de Minas Gerais

- 5.2 Expirado o prazo para a entrega dos envelopes supracitados, não serão admitidas quaisquer retificações nas propostas apresentadas.
- 5.3 Os envelopes entregues em local ou horário diferente do especificado, não serão objeto de julgamento pela Comissão de Licitação, sendo vedada a participação de licitante retardatária.
- 5.4 A apresentação de conteúdo diverso do especificado no subtítulo da parte externa do envelope acarretará a desclassificação da licitante.

06 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 6.1 Poderão participar da presente licitação as empresas do ramo pertinente ao objeto licitado, legalmente constituídas, portadoras da documentação constante do item 9 deste edital e que atendam às condições fixadas neste Edital e seus Anexos, partes integrantes da presente Licitação.
- 6.2 É vedada a participação de consórcio ou grupo de empresas nacionais ou estrangeiras com subcontratação ou formas assemelhadas.
- 6.3 A participação na Licitação implica na aceitação integral e irretratável dos termos deste Edital, seus anexos e Instrumentos, bem como a observância dos Regulamentos, Normas e das Disposições Legais pertinentes.

07-DO CREDENCIAMENTO

- 7.1 Serão solicitadas as licitantes a participação nas sessões, por seu representante legal ou através de representante devidamente credenciado.
- 7.2 O participante, sem poderes de representação, não terá legitimidade para defender os interesses da licitante, assinar atas e solicitar consignação de observações que eventualmente julguem necessárias.

08 – IMPEDIMENTOS DE PARTICIPAÇÃO

- 8.1 Não poderão participar da presente licitação, as licitantes que se enquadrar em uma ou mais das situações a seguir:
- a) Que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão público federal, estadual ou municipal;
- b) Estejam sob o regime de falência ou concordata;



Estado de Minas Gerais

c) entre cujos dirigentes, gerentes, acionistas ou detentoras de mais de 5% (cinco pôr cento) do capital com direito a voto ou controladores, responsáveis técnicos ou subcontratados, haja alguém que seja dirigente, funcionário ou servidor público municipal.

8.1.1 - Os impedimentos acaso existentes deverão ser declarados pela empresa licitante, sob pena de responsabilidades administrativas e penais cabíveis, conforme legislação vigente.

09 – DA DOCUMENTAÇÃO/ HABILITAÇÃO

- 9.1 O envelope nº 01, da "DOCUMENTAÇÃO", deverá conter:
 - 9.1.1 Certificado de Registro Cadastral CRC, expedido pela Prefeitura Municipal de Areado, situada na Praça Henrique Vieira, nº 25, Centro Areado/MG, feito em obediência à Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores. Obs.: O cadastramento deverá ser feito até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, conforme lei 8.666/93. Entrar em contato no setor de Cadastro de Fornecedores, no telefone (35) 3293-1333 para esclarecimentos referente o envio das documentações.
 - 9.1.1.1 A Comissão de Licitação deverá verificar a autenticidade das CND's do INSS e CRF do FGTS via Internet.
 - 9.1.2 Declaração relativa ao Decreto Federal 4.358/02 (Anexo II);
 - 9.1.3 Prova de possuir em seu quadro permanente, na licitação, profissional de nível superior, detentor de responsabilidade técnica civil, por execução de obra ou serviço de características. A comprovação poderá ser feita:
 - 9.1.3.1 Através do contrato social da empresa, em caso de sócio ou diretor;
 - 9.1.3.2 Se empregado, através da Folha de Registro de Empregado, ambas, acompanhadas de declaração firmada pelo responsável técnico de que se responsabilizará pela execução e fiscalização da obra até o seu término;
 - 9.1.3.3 Também será considerado para efeito de vínculo empregatício, contrato de prestação de serviço em vigor, com firmas reconhecidas de todos os assinantes (original ou cópia autenticada) acompanhada de cópia de Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA ou pelo CAU, constando a data de registro da empresa e data de registro do profissional contratado como seu responsável técnico;
 - 9.1.4 Apresentar declaração firmada pelo responsável técnico de que se responsabilizará pela execução e fiscalização da obra até o seu término;
 - 9.1.5 Prova de registro e quitação da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).



Estado de Minas Gerais

- 9.1.6 No mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente visado pelo CREA ou pelo CAU, que comprove ter o responsável técnico pela empresa executado obra semelhante em características e quantidades mínimas do objeto licitado ou de complexidade igual ou superior.
- 9.1.7 Comprovação de Capital Social integralizado ou valor do patrimônio líquido mínimo de 10% sobre o valor estimado da contratação, conforme art. 31, §§ 2º e 3º da Lei Federal nº 8.666/93. Esta comprovação poderá ser através da apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social ou alterações do Contrato Social, devidamente registrado na Junta Comercial ou Certificado simplificado da Junta Comercial que aponte aquele capital mínimo;
- 9.1.8 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
 - 9.1.8.1 A Comissão poderá aceitar a apresentação de balanço patrimonial anterior quando o balanço do último exercício encontrar-se dentro do prazo de apresentação aos órgãos de fiscalização, caso em que será atualizado e acompanhado dos balancetes dos últimos três meses da data do certame.
- 9.1.9 Comprovação da situação financeira do licitante, atestada por documento assinado por profissional legalmente habilitado, demonstrando que a empresa apresenta "Índice de Liquidez Geral (ILG)" e "Índice de Liquidez Corrente (ILC)" iguais ou superiores a 1,0 (um), calculados pelas fórmulas abaixo:

ILG=	Circulante	Ativo	+	Realizável	a	Longo	Prazo		>	1,0
	Passivo	Circu	lante	+	Exi	gível	a	Longo		Prazo
ILC	=	Ativo	Circ	culante					<u>></u>	1,0
	Passivo Ci	rculante						<u>.</u>	_	

9.1.10 Regularidade fiscal e trabalhista

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis de Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.1.11. Declaração de fatos impeditivos e de que preenche as condições de habilitação (ANEXO VII).



Estado de Minas Gerais

- 9.1.12. Atestado de visita técnica ou declaração de que tem pleno conhecimento da área a ser construída.
- 9.2 Para o cumprimento dos subitens 9.1.7, 9.1.8, 9.1.8.1 e 9.1.9, quando a empresa participante for pessoa jurídica optante pelo "SIMPLES", deverá, primeiramente comprovar a sua condição de inscrita no sistema SIMPLES, através de declaração assinada pelo responsável contábil da empresa e cumulativamente apresentar, Declaração Anual do Simples Nacional, do último exercício.
- 9.3 Os documentos enumerados nos subitens acima, poderão ser apresentados no respectivo original, por qualquer processo de cópia autenticada ou publicação em órgão da Imprensa Oficial, ou por cópia reprográfica para autenticação no ato de abertura, pela Comissão de Licitação, à vista do original que será devolvido.
- 9.4 Os documentos que exijam prazo de validade deverão estar em vigor na data marcada para a abertura dos envelopes "DOCUMENTAÇÃO".
- 9.5- A Certidão Negativa de Falência e Concordata, se não indicar o vencimento, terá validade de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

9.6. Da Visita Prévia

- a) <u>Será facultada</u> à LICITANTE visitar o local da obra para obter as informações necessárias para a elaboração da Proposta, correndo por sua conta os custos respectivos.
- b) As visitas poderão ser agendadas previamente junto com a Secretária Municipal de Obras por telefone: (35) 3293-1333 Ramal: 220 ou 221.
- c) As visitas deverão ser realizadas em conjunto com representantes da Secretaria Municipal de Obras, no local destinado à obra, no seguinte endereço:
 - Rua Cabo Verde, esquina com a Av. Trajano Virgílio Franco Rosário Areado MG
 - Telefone: (35) 3293-1333
 - Horário: 12:00 às 18:00 horas.
- d) As visitas serão limitadas a um licitante por vez, devendo seu representante apresentar-se devidamente identificado.
- e) Caso a visita não seja realizada, entender-se-á que o licitante conhece todas as condições locais para a execução da obra objeto desta licitação, não cabendo, portanto, nenhum tipo de alegação sobre as condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em decorrência desta Tomada de Preço.

Estado de Minas Gerais

10 - DA PROPOSTA

- 10.1 O envelope nº 02, "PROPOSTA", deverá conter:
- 10.1.1 Proposta em 01 (uma) via, datilografada ou impressa, legível, datada, assinada e rubricada em todas as suas páginas e anexos, pelo representante legal da licitante, não podendo conter emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas.
- 10.1.2 Para elaboração da proposta deverão ser observadas as especificações constantes deste Edital e seus Anexos.
 - 10.1.3 A proposta deverá conter:
- 10.1.3.1 Preço pela execução da obra de engenharia fixa e irreajustável, expresso em reais, acompanhada de planilha orçamentária de custos, conforme Anexo III.
- 10.1.4 Os preços deverão ser cotados com a inclusão de todas as despesas com impostos, encargos sociais e fiscais, bem como quaisquer outras despesas que porventura venham ocorrer, que correrão à conta do contratado.
- 10.1.5 O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias corridos iniciando-se na data marcada para abertura dos envelopes de "DOCUMENTAÇÃO".

11 – DOS PROCEDIMENTOS DE ABERTURAE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 11.1 No local, data e horário indicado no Preâmbulo para abertura desta Licitação, as licitantes que se fizerem representadas, apresentarão os documentos de credenciamento.
 - 11.1.1 O não comparecimento do representante legal da licitante ou do seu representante, devidamente credenciado, não impedirá sua participação na licitação, mas acarretará a preclusão do direito de manifestar durante os procedimentos licitatórios.
- 11.2 Caso os envelopes de "DOCUMENTAÇÃO" e "PROPOSTA" não sejam abertos na mesma sessão, todos os envelopes serão rubricados pelos membros da Comissão e pelas licitantes presentes, para garantir a inviolabilidade dos mesmos.
- 11.3 A Comissão de Licitação poderá, a seu exclusivo critério, decidir pelo exame e julgamento da DOCUMENTAÇÃO na mesma sessão de abertura ou em outra, em data por ela fixada e divulgada entre as participantes.



Estado de Minas Gerais

- 11.4 Serão consideradas inabilitadas as licitantes que deixarem de apresentar a DOCUMENTAÇÃO solicitada ou apresentarem-na com vício, bem como as que não atenderem a quaisquer requisitos exigidos para a habilitação.
- 11.5 O resultado da habilitação será comunicado pela Comissão de Licitação na Reunião de Julgamento desta fase, registrando em ata o nome das licitantes habilitadas e das inabilitadas e os motivos da inabilitação, oportunidade em que franqueará a DOCUMENTAÇÃO ao exame das licitantes.
- 11.6 Anunciado o resultado da fase da habilitação, o Presidente da Comissão de Licitação interpelará as licitantes quanto a sua intenção de interpor recurso administrativo.
- 11.7 Havendo desistência expressa de interposição de recursos, através da assinatura, por todas as licitantes, do <u>"TERMO DE DESISTÊNCIA DE RECURSO"</u>, poderá ser dado prosseguimento aos trabalhos, com abertura dos envelopes "PROPOSTA".
- 11.8 Caso alguma das licitantes, por seu representante presente na sessão de julgamento, deixar de assinar o referido Termo, serão suspensos os trabalhos, abrindo-se o prazo legal para recursos.
- 11.9 O prazo para recurso começará a ser contado da intimação dos atos da sessão, se representados todos os licitantes, ou, caso contrário após publicação do resultado do julgamento na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.
- 11.10 Serei restituído, contra recibo, às licitantes inabilitadas, o envelope "PROPOSTA" fechado, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação ou que tenha decorrido prazo legal sem manifestação das licitantes.
- 11.11 A inabilitação importa em preclusão do direito de participar das fases subsequentes.
- 11.12 Decorridos os prazos supracitados e, não havendo impedimento, em reunião previamente marcada, a Comissão de Licitação processará a abertura dos envelopes nº 02 "PROPOSTA"- das licitantes habilitadas.
- 11.13 Após a fase de habilitação, não caberá desistência de proposta, salvo em razão de fatos supervenientes, aceitos pela Comissão de Licitação.
- 11.14 As propostas serão rubricadas pelos membros da Comissão de Licitação e pelas licitantes presentes.
- 11.15 Serão desclassificadas as propostas que:
- a) não atendam às exigências deste Edital e Anexos ou imponham condições;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- c) apresentem preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes;
- d) contenham preços excessivos ou manifestamente inexequíveis.



Estado de Minas Gerais

- 11.16 Atendidas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, o julgamento das propostas será feito pelo critério de **Menor Preço Global**, sendo classificada em 1º lugar a proposta considerada mais vantajosa para a Administração e, em ordem subsequente, as demais.
- 11.17 No julgamento das propostas, a Comissão de Licitação poderá a seu critério, solicitar assessoramento técnico a órgãos ou profissionais especializados.
- 11.18 Em caso de empate entre propostas classificadas em 1º lugar, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:
- a) produzidas ou prestadas por empresas brasileiras de capital nacional;
- b) produzidas no País;
- c) produzidos ou prestados por empresas brasileiras.
 - 11.18.1 Obedecido o disposto anterior e, assim mesmo, mantido o empate, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio em ato público, no qual todos os licitantes serão convocados.
- 11.19 A Comissão de Licitação comunicará o resultado do julgamento das propostas em sessão pública, convocada para tal fim, oportunidade em que franqueará as propostas para exame das licitantes.
- 11.20 Demais procedimentos quanto à divulgação do resultado e prazos para recurso, conforme estabelecido no presente Edital, para a fase de habilitação (itens 11.6 a 11.10).
- 11.21 A Comissão poderá optar pela contratação parcial do objeto da licitação, no interesse da Administração Municipal, não cabendo à licitante vencedora qualquer tipo de indenização.

12 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

12.1 - No julgamento serão observados os dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93, com a redação da Lei Federal nº 8.883/94, alterações posteriores, presente edital e seus anexos.

13- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 13.1 Das decisões da Comissão de Licitação ou da Administração Municipal, caberá recurso nos termos do Art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.
- 13.2 Os recursos deverão ser feitos por escrito e protocolados na Seção de Protocolo da Prefeitura Municipal de Areado, aos cuidados da Comissão de Licitação.



Estado de Minas Gerais

13.2.1 Em decorrência da pandemia pelo novo coronavírus (COVID 19), os recursos também poderão ser protocolados via protocolo web, no endereço www.areado.mg.gov.br, em "Serviços Online", clicar no campo "Protocolo Web".

- 13.3 Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital, a licitante que o tendo aceitado sem objeção, venha a apontar, depois da abertura dos envelopes de habilitação, falhas ou irregularidades que o viciaria, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 13.4 Os recursos quanto à habilitação ou inabilitação da licitante e julgamento das propostas têm efeito suspensivo.
- 13.5 A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo liquidatário, até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

14 – DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO/FORNECIMENTO

14.1 - No impedimento ou desistência da licitante classificada em 1º lugar, as demais, em ordem subsequente de classificação, serão convocadas para assinatura do Contrato ou aceitação do instrumento equivalente, desde que mantidas as condições e preços da licitante vencedora, sob pena de revogação da licitação.

15– DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 - Os recursos destinados ao pagamento decorrente do fornecimento dos serviços/bens, objeto da presente Licitação, correrão à conta da dotação orçamentária nº: (360) 02.05.03-12.365.0401.1.032-4490.51.00 desta PREFEITURA para o exercício de 2020 e suas correspondentes para os exercícios subsequentes.

16 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1 - Os pagamentos serão efetuados por meio da Unidade Financeira da Prefeitura, num prazo de 30 (trinta) dias mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, Boletim de Medição e Termo de Entrega e Recebimento da obra executada, a serem firmados pelo engenheiro ou arquiteto e urbanista responsável e pela Comissão de Recebimento de Obras, baseados em planilha orçamentária, proposta vencedora e cronograma físico-financeiro deste edital.

17 – DAS DISPOSIÇÓES GERAIS

17.1 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração/apresentação das propostas de que se trata a presente Licitação.



Estado de Minas Gerais

- 17.2 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o edital, devendo protocolar o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de "DOCUMENTAÇÃO".
- 17.3 A PREFEITURA poderá, em qualquer fase da licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, podendo desclassificar a licitante da qual venha a ter conhecimento de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da Licitação, que comprometa sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa, sem que esta tenha direito a qualquer indenização ou ressarcimento.
- 17.4 A adjudicatária fica obrigada aceitar os acréscimos ou supressões, no objeto licitado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), sem prejuízo dos preços ofertados e corrigidos.
- 17.5 Esta licitação poderá ser anulada ou revogada, no todo ou em parte, observado o disposto no Art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.
- 17.6 Quaisquer outros esclarecimentos poderão ser obtidos junto à Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Areado, Praça Henrique Vieira, nº 25, de 2ª a 6ª feira, das 12h00min às 16h00min, ou pelo telefone (35) 3293-1333.

Areado, em 24 de setembro de 2020.

PEDRO FRANCISCO DA SILVA
Prefeito Municipal

100 miles

PREFEITURA MUNICIPAL DE AREADO

Estado de Minas Gerais

CERTIDÃO

- Certifico e dou fé que publiquei nesta data, no quadro de avisos desta Prefeitura, extrato de edital de licitação com o seguinte teor:

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 036/2020

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 081/2020.

<u>REPARTIÇÃO INTERESSADA</u>: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

PÚBLICOS.

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 009/2020.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.

01 - PREÂMBULO

O Município de Areado, por meio de sua Prefeitura Municipal, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Henrique Vieira, nº 25 - Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.243.246/0001-50, representado, neste ato, pelo Prefeito Municipal Sr. Pedro Francisco da Silva, no uso de suas prerrogativas legais torna público, que receberá até as 12:30 horas do dia 14/10/2020, no Protocolo Geral, desta prefeitura, os envelopes de "DOCUMENTAÇÃO e "PROPOSTAS" para a Licitação, na Modalidade TOMADA DE PREÇO, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, com a finalidade de contratar empresa especializada empresa especializada para construção de Creche na Rua Cabo Verde, esquina com a Avenida Trajano Virgílio Franco, Bairro do Rosário. A presente solicitação de compra visa a contratação de empresa especializada para a construção de uma creche que será denominada como "Creche Olívia Pereira", a ser construída na Rua Cabo Verde, esquina com a Avenida Trajano Virgílio Franco, Bairro do Rosário, através de recursos próprios, com abertura prevista para às 12:30 horas do dia 14/10/2020, na Sala de Licitação do endereço acima mencionado, que de acordo com a Lei Federal Nº 8.666/93 e suas alterações, cuja direção e julgamento serão realizados por sua Comissão de Licitação, nomeada pela portaria nº 9761, de 17 de janeiro de 2020 e alterada pela portaria n° 9795, de 6 de março de 2020, em conformidade com o disposto na Lei Federal N° 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, no que couber a Lei Complementar nº 123/06 e suas respectivas alterações, segundo as condições estabelecidas neste Edital, nos seus anexos e minuta de contrato, cujo os termos igualmente, o integram.



Estado de Minas Gerais

02 – DO OBJETO E CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO/FORNECIMENTO

2.1. A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada para construção de Creche na Rua Cabo Verde, esquina com a Avenida Trajano Virgílio Franco, Bairro do Rosário. A presente solicitação de compra visa a contratação de empresa especializada para a construção de uma creche que será denominada como "Creche Olívia Pereira", a ser construída na Rua Cabo Verde, esquina com a Avenida Trajano Virgílio Franco, Bairro do Rosário, através de recursos próprios. A descrição detalhada para melhor orientação quanto à execução do objeto segue nos documentos anexos, a saber: Memoriais Descritivos, Projetos, Quadro de Composição do BDI, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro.

Areado, em 24 de Julho de 2020.

Sirlene Maria da Silva Presidente da Comissão Permanente de Licitação